



GT 64. Olhares Antropológicos sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenador(es):

Renata Menasche (PPGAnt/UFPEL e PGDR/UFRGS)

Janine Helfst Leicht Collaço (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Necessidade de primeira ordem, o ato de comer é também fato econômico, social e cultural. Assim, ainda que inserida em rotina e aparente monotonia, a ingestão de alimentos não é ação neutra, revestindo-se de sentidos e valores, que se concretizam em escolhas e práticas alimentares. Comer é, também, ato político. Em 2014, após uma década em que o combate à fome orientara a agenda de políticas públicas, o Brasil deixou de constar do Mapa da Fome, quadro que, desde 2016, com a redução dos gastos sociais do governo, vem retrocedendo. Segundo a legislação brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. É nesse quadro que este Grupo de Trabalho pretende provocar a reflexão, estimulando, a partir da Antropologia, a problematização de noções que constituem o marco conceitual do debate em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acolhendo especialmente estudos etnográficos que abordem questões atinentes a classificações da alimentação e outras que possam iluminar, a partir de perspectivas de distintos grupos, critérios que falam de gênero, qualidade da comida, de fome, de obesidade, de saudabilidade, de sustentabilidade etc.

Comidas da fome; patrimônios alimentares e divisão de classe.

Autoria: Julie Antoinette Cavignac (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

No Brasil, os avanços alcançados durante a primeira década do século XXI, com a implementação de direitos difusos para as populações tradicionais, os programas de ação afirmativa ou o combate à fome em sincronia com as agendas políticas internacionais resultaram, em pouco menos de vinte anos, numa nova realidade para 25 milhões de pessoas que saíram da pobreza. Entre outras consequências, podemos citar a organização de redes de agricultura sustentável e de comércio de proximidade, a ampliação das ações de defesa do meio ambiente e da efetivação do direito à alimentação saudável, o incentivo para conservação do patrimônio alimentar, etc. No entanto, a promoção da cultura das populações tradicionais nem sempre teve os resultados esperados. Iremos mostrar, com exemplos da culinária do Seridó, uma região semiárida no Nordeste do Brasil, que, apesar dos avanços sociais e das políticas públicas, o patrimônio alimentar das comunidades quilombolas continua invisibilizado. Essa região historicamente pobre, que sofre regularmente com a escassez e as secas prolongadas, foi ignorada pelas autoridades governamentais e as elites locais. Ainda hoje, as cozinheiras negras preparam os “pratos típicos” para as ocasiões festivas nas casas das famílias ricas: feitos com peças de pouco valor comercial, agora os pratos se tornaram comidas gourmet e são vendidos em grandes restaurantes frequentados por turistas na capital do estado do Rio Grande do Norte, Natal. Se as preparações culinárias remetem a um tempo difícil e de penúria, agora elas são valorizadas com o processo de patrimonialização, os detentores destes bens continuam excluídos das políticas públicas de cultura, sendo despossuídos dos seus patrimônios alimentares pois agora só têm acesso a alimentos da agroindústria.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: